

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS

Jaqueline dos Santos Silva ¹
Mirele França Lima ²
Nicole Tereza da Conceição ³
Mikaele da Silva Correia ⁴
Priscila Lopes da Silva ⁵
Samara Cavalcanti da Silva ⁶

RESUMO

O espaço físico e pedagógico da Educação Infantil (EI) constitui um dos elementos fundamentais no processo de ensinar e aprender. Uma infraestrutura adequada melhora a prática pedagógica, a concentração e o desempenho das crianças, contribuindo para sua saúde mental e emocional, conforme apontam os estudos de Vygotsky (2007), Malaguzzi (1998), entre outros. Assim, o presente artigo busca responder a seguinte questão: como a infraestrutura escolar impacta o desenvolvimento e o bem-estar das crianças? Para tanto, objetiva-se analisar a infraestrutura de uma Instituição de EI que atua, no momento, em um prédio alugado pela prefeitura, no contexto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A investigação baseia-se na pesquisa de abordagem qualitativa, por meio das experiências vivenciadas ao longo do estudo do Projeto Político Pedagógico (PPP) e 7 (sete) observações acerca das condições estruturais da instituição, realizadas entre fevereiro e março de 2025. A pesquisa foi desenvolvida na turma de pré-escola I, em uma escola municipal do agreste alagoano. Fatores como a qualidade das salas de aula, iluminação, ventilação, acessibilidade e recursos pedagógicos são essenciais para criar um ambiente propício ao aprendizado. Desse modo, a ausência desses recursos pode prejudicar o processo educativo, limitando as oportunidades de desenvolvimento. Diante das observações realizadas, percebe-se como a ausência de um ambiente escolar com infraestrutura adequada compromete não apenas a qualidade do ensino ofertado, mas também aspectos essenciais como conforto, saúde e segurança. Dessa maneira, os resultados das observações evidenciam a necessidade de um espaço escolar ampliado e atento ao pleno desenvolvimento das crianças da EI.

Palavras-chave: Observações, Instituição, qualidade, ausência.

¹ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, jaqueline.silva.2024@alunos.uneal.edu.br;

² Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, mirele.lima.2024@alunos.uneal.edu.br;

³ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, nicole.conceicao.2024@alunos.uneal.edu.br;

⁴ Graduando do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, mikaele.correia.2024@alunos.uneal.edu.br;

⁵ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL. Especialista em Educação Especial Inclusiva pelo Centro Superior Archanjo Mikael de Arapiraca - CESAMA, priescolat@gmail.com;

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Professora Titular da UNEAL, samara.melo@uneal.edu.br.



INTRODUÇÃO

Um ambiente educacional de qualidade é fundamental para o bom andamento do processo pedagógico, refletindo diretamente em resultados positivos antes, durante e após a oferta do ensino, seja ele em grupo ou individual, dentro da instituição (Lima; Duarte, 2015). Mais do que um espaço físico, o ambiente precisa ser acolhedor, estimulante, aconchegante e seguro, favorecendo a interação e o desenvolvimento integral das crianças. Quando bem planejado, contribui para despertar a curiosidade, promover a autonomia e fortalecer os vínculos afetivos. Tudo isso influencia diretamente na aprendizagem, tornando o ensino mais significativo e prazeroso para todos os envolvidos (Lima; Duarte, 2015).

No entanto, quando se observa a realidade da educação pública brasileira, percebe-se que esse ideal muitas vezes esbarra na falta de infraestrutura adequada. A história da educação no Brasil é marcada por desigualdades, e o acesso a ambientes escolares dignos sempre foi limitado a determinados grupos sociais. Durante muito tempo, o ensino foi privilégio de poucos e, mesmo após a ampliação do acesso, faltaram investimentos consistentes em espaços escolares bem equipados e estruturados, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Segundo a legislação brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), a Educação Infantil é definida como a primeira etapa da Educação Básica, destinada a crianças de zero a cinco anos de idade, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral – cognitivo, físico, emocional e social – em complementação à ação da família e da comunidade. Conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), essa etapa deve se organizar por meio de campos de experiências que garantam os direitos de aprendizagem da criança, como brincar, explorar, participar e se expressar, fundamentando-se em interações e brincadeiras como eixos estruturantes.

É nesse contexto que o ambiente escolar não se define apenas pela sua aparência física, mas também pelas relações que nele acontecem. A afetividade, o respeito, a escuta e a intencionalidade pedagógica são elementos que, muitas vezes, compensam o que falta em termos materiais. Ainda assim, é essencial lutar por investimentos e melhorias estruturais, pois cada criança tem o direito de aprender em um espaço seguro, harmonioso e estimulante. Uma escola, por mais simples que seja, pode transformar vidas, e isso começa pelo modo como se olha e se cuida do seu espaço físico.



OLHARES DA TEORIA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

A infraestrutura escolar é um fator determinante para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, influenciando diretamente o desempenho dos estudantes e a prática pedagógica dos professores (Lima; Duarte, 2015). Posto isso, a infraestrutura compreende desde as condições físicas dos prédios (salas, banheiros, acessibilidade, iluminação, ventilação) até a oferta de materiais didáticos e recursos tecnológicos adequados ao contexto educacional (Brasil, 2007).

Segundo a UNESCO (2015), escolas com infraestrutura precária tendem a apresentar maiores índices de evasão escolar e menor rendimento acadêmico, uma vez que ambientes inadequados afetam a motivação e o bem-estar dos estudantes. Por outro lado, ambientes escolares bem estruturados favorecem o envolvimento dos estudantes, contribuem para a permanência escolar e facilitam práticas pedagógicas inovadoras (Ferreira; Costa, 2019).

Além disso, a infraestrutura adequada é fundamental para garantir a inclusão educacional, assegurando o acesso e a permanência de crianças com deficiências, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). O espaço físico bem planejado contribui também para a construção de um ambiente de respeito, empatia e convivência harmoniosa entre os sujeitos do processo educativo (Silva; Oliveira, 2017).

Nesse sentido, investir na melhoria da infraestrutura escolar é uma estratégia essencial para reduzir desigualdades e elevar a qualidade da educação pública, impactando positivamente os resultados escolares e as experiências de aprendizagem dos estudantes (OECD, 2012). Assim, percebe-se que a qualidade da educação não se restringe apenas ao currículo ou à metodologia de ensino; ela também está ligada às condições físicas e materiais do ambiente escolar.

A infraestrutura adequada, que abrange desde a segurança e higiene das instalações até a disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos, constitui um fator crucial para o desenvolvimento pleno dos estudantes e para a eficácia do trabalho docente. Por outro lado, a ausência de condições mínimas, como saneamento básico, iluminação adequada, ventilação e espaços para atividades diversificadas, pode comprometer seriamente o processo de ensino-aprendizagem, provocando desmotivação, problemas de saúde e até mesmo evasão escolar.

Estudos recentes corroboram a tese de que a infraestrutura escolar exerce influência significativa sobre o desempenho acadêmico. Segundo Queiroz (2015), em sua



análise sobre o impacto da infraestrutura escolar no desempenho educacional, escolas com melhores condições físicas tendem a apresentar resultados mais elevados em avaliações padronizadas. Essa correlação se explica pelo fato de que um ambiente bem estruturado proporciona maior conforto, segurança e acesso a recursos que enriquecem a experiência educacional, permitindo que estudantes e professores se concentrem nas atividades pedagógicas sem as dificuldades impostas por um espaço precário.

Além do impacto direto no desempenho, a infraestrutura escolar também desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e da inclusão. Escolas que possuem rampas de acesso, banheiros adaptados, sinalização tátil e recursos de tecnologia assistiva garantem que as crianças com deficiência possam frequentar as aulas e participar plenamente das atividades escolares, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). A acessibilidade não é apenas uma questão de conformidade legal, mas um imperativo ético para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A falta de acessibilidade, por outro lado, perpetua a exclusão e nega o direito à educação a uma parcela significativa da população estudantil.

Apesar do reconhecimento da importância da infraestrutura escolar, a realidade da educação pública brasileira ainda é marcada por desafios significativos. Um levantamento do Todos pela educação (2024) aponta que muitas escolas ainda carecem de itens básicos, como acesso à água potável, esgoto sanitário e energia elétrica, além de bibliotecas, laboratórios e quadras esportivas.

De acordo com dados do Censo Escolar (INEP, 2023), cerca de 30% das escolas públicas brasileiras não possuem acesso adequado a redes de esgoto e 18% ainda carecem de biblioteca ou sala de leitura. Essa defasagem estrutural reflete anos de subinvestimento e priorização inadequada de políticas públicas, resultando em um cenário de desigualdade que penaliza principalmente os estudantes das regiões mais vulneráveis do país.

As políticas públicas de inclusão educacional, embora bem-intencionadas, muitas vezes esbarram na falta de infraestrutura adequada para sua efetivação. Santos (2025) argumenta que, para que a inclusão seja plena, é necessário não apenas a formação docente e a adequação curricular, mas também a garantia de uma infraestrutura escolar que atenda às necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência. A simples matrícula de uma criança com deficiência em uma escola regular não garante sua inclusão se o ambiente físico não for acessível e adaptado às suas necessidades específicas.



No entanto, há perspectivas de avanço. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006; 2018) já indicavam que a infraestrutura adequada constitui condição indispensável para assegurar experiências educativas prazerosas, seguras e inclusivas, destacando que os espaços físicos devem ser planejados para promover acessibilidade, conforto, acolhimento e bem-estar. Essa diretriz reforça a compreensão de que a qualidade da infraestrutura não é apenas um suporte material, mas um direito da criança, fundamental para seu desenvolvimento integral.

A crescente conscientização sobre a importância da infraestrutura escolar, aliada à pressão da sociedade civil e de organismos internacionais, têm impulsionado debates e a busca por soluções. Iniciativas como o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), cuja primeira meta volta-se à Educação Infantil, propondo a universalização da educação para crianças de 4 e 5 anos e a ampliação da oferta de vagas em creches, estabelece também metas para a melhoria da infraestrutura educacional, representando um passo importante na direção de um sistema educacional de qualidade. Contudo, a efetivação dessas metas depende de investimentos consistentes, planejamento estratégico e monitoramento contínuo para garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e que as melhorias cheguem de fato às escolas que mais precisam.

Para além dos aspectos diretamente ligados ao desempenho acadêmico e à inclusão, a infraestrutura escolar desempenha um papel crucial no bem-estar físico e emocional das crianças. Um ambiente escolar que oferece espaços seguros, limpos, bem iluminados e ventilados contribui significativamente para a saúde dos estudantes, reduzindo a incidência de doenças e promovendo um senso de conforto e segurança. A presença de áreas verdes, pátios amplos e equipamentos de lazer também é fundamental para o desenvolvimento motor e social, permitindo que as crianças explorem, brinquem e interajam de forma saudável. Nesse sentido, os Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil (Brasil, 2006; 2018) enfatizam que a qualidade dos espaços físicos não se restringe à infraestrutura em si, mas constitui condição indispensável para garantir o direito das crianças a experiências educativas prazerosas, seguras e inclusivas.

Além disso, estudos como o de Ferreira e Costa (2019) demonstram que professores percebem uma correlação direta entre as condições físicas da escola e o bem-estar das crianças, destacando que a ausência de recursos básicos, como banheiros limpos e salas adequadas, compromete não apenas o processo pedagógico, mas também a dignidade e a autoestima dos estudantes. Do mesmo modo, Queiroz (2015) ressalta que escolas com melhores condições estruturais tendem a apresentar resultados mais elevados



em avaliações, o que reforça a relação entre infraestrutura e qualidade da educação. Portanto, a infraestrutura adequada influencia não apenas a aprendizagem, mas também o brincar, a socialização, o acolhimento e o sentimento de pertencimento, que são dimensões essenciais na Educação Infantil.

O bem-estar emocional das crianças é igualmente impactado pela qualidade da infraestrutura escolar, uma vez que diferentes estudos evidenciam a relação entre o espaço físico e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes (Ferreira; Costa, 2019). Ambientes escolares agradáveis e esteticamente cuidadosos podem influenciar positivamente o humor e a disposição dos estudantes para aprender, conforme destacam Queiroz (2015) e Silva e Andrade (2020). Por outro lado, escolas com instalações precárias, sujas ou inseguras podem gerar estresse, ansiedade e desmotivação, afetando a capacidade de concentração e o engajamento nas atividades pedagógicas. A sensação de pertencimento e o orgulho pela escola são sentimentos que se fortalecem em ambientes que demonstram cuidado e valorização dos estudantes.

Em um estudo sobre a percepção docente acerca da infraestrutura escolar e a qualidade da educação, Ferreira e Costa (2019) destacam que professores percebem uma correlação direta entre as condições físicas da escola e o bem-estar das crianças. Eles relatam que a falta de recursos básicos, como banheiros limpos e salas de aula adequadas, dificulta o trabalho pedagógico, bem como afeta a dignidade e a autoestima dos estudantes. A pesquisa reforça a ideia de que a infraestrutura não deve ser considerada um aspecto secundário (isto é, não é um mero detalhe), mas um componente essencial para a construção de um ambiente educacional que promova o desenvolvimento integral e o bem-estar de todas as crianças.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2012), a abordagem qualitativa preocupa-se em compreender os significados, percepções e interpretações que atribuem às experiências dos sujeitos. Essa perspectiva não busca quantificar os dados, mas interpretá-los à luz do contexto social e educativo, em que estão inseridos.

As observações ocorreram em um Centro de Educação Infantil (CEI) do agreste alagoano, em uma turma do pré-I, localizada no município de Palmeira dos Índios-AL. A pesquisa foi realizada entre fevereiro e março de 2025, contando com 7 (sete) observações



em sala de aula. Além das observações, foi realizada a análise documental, que incluiu a leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar, bem como de outros registros organizacionais da instituição. Segundo Bardin (2016), a análise documental permite ampliar a compreensão dos dados, oferecendo uma base teórica e institucional que enriquece a interpretação das informações observadas no campo.

A elaboração do *corpus* empírico foi desenvolvida a partir de observações, acompanhadas por práticas pedagógicas realizadas pela professora. Durante esse processo, tivemos a oportunidade de acompanhar e observar o desenvolvimento das atividades lúdicas em sala de aula. Registramos e descrevemos sobre as experiências e interações das crianças com as atividades.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados coletados, tanto por meio da observação direta da infraestrutura do CEI quanto da consulta a projetos pedagógicos, revelou uma série de pontos que corroboram a literatura acadêmica sobre a importância da infraestrutura escolar. Apesar das limitações inerentes a muitas instituições públicas brasileiras, foi possível identificar que a comunidade escolar se mostra empenhada em oferecer um ambiente acolhedor e que favoreça o aprendizado, o que reafirma a ideia de que a qualidade das relações e das práticas pedagógicas pode amenizar desafios físicos.

Um dos principais achados diz respeito à capacidade da equipe pedagógica em criar um ambiente estimulante mesmo com recursos materiais restritos. A afetividade, o cuidado e a intencionalidade nas ações dos educadores contribuem para a construção de um clima escolar positivo, reforçando a ideia de que a qualidade da educação não se resume apenas à infraestrutura física, mas é profundamente influenciada pelas relações humanas e pela dedicação dos profissionais envolvidos. No entanto, é crucial ressaltar que essa capacidade de superação não anula a necessidade de investimentos em infraestrutura, que deveriam ser um direito básico e não uma barreira a ser transposta diariamente.

As observações evidenciaram a importância de espaços adaptados para a inclusão. Embora a escola demonstre esforços para acolher todas as crianças, a falta de acessibilidade plena em algumas áreas pode representar um desafio para crianças com deficiência, corroborando as preocupações levantadas por Silva e Oliveira (2017) e Castro, Abrahão e Xavier (2018). A adequação de banheiros, rampas e mobiliário, por



exemplo, é fundamental para garantir a autonomia e a participação efetiva desses estudantes.

A pesquisa demonstrou que a organização dos ambientes, a limpeza e a segurança são prioridades da instituição, o que contribui para que as crianças se sintam protegidas e confiantes no espaço escolar. No entanto, a ausência de áreas verdes mais amplas ou de espaços específicos para atividades lúdicas e motoras pode limitar o desenvolvimento integral, conforme apontado pela UNESCO (2015). A infraestrutura, nesse sentido, não é apenas um suporte para o ensino, mas um elemento ativo na promoção da saúde e do desenvolvimento infantil.

Os resultados desta pesquisa, embora resultantes da análise de uma instituição, refletem um panorama mais amplo da educação pública brasileira. A necessidade de investimentos em infraestrutura é inegável, mas a pesquisa também destaca a resiliência e o comprometimento das comunidades escolares em oferecer uma educação de qualidade, mesmo diante das adversidades. A discussão sobre a infraestrutura escolar deve, portanto, ir além da simples constatação de carências, abordando também as estratégias de superação e as políticas públicas necessárias para garantir que todas as crianças tenham acesso a um ambiente educacional digno e estimulante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo reafirmou a premissa de que a infraestrutura escolar transcende a funcionalidade física, constituindo um fator intrínseco à qualidade do processo de ensino-aprendizagem e do bem-estar das crianças, particularmente na Educação Infantil. A partir de um estudo de abordagem qualitativa realizado em um CEI no interior de Alagoas – trabalho vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - buscou-se responder a seguinte questão: como a infraestrutura escolar afeta o desenvolvimento e o bem-estar das crianças?

Diante disso, os achados indicam que a infraestrutura exerce uma influência multidimensional, com implicações não apenas o conforto e o engajamento das crianças, mas se cruzando com aspectos da saúde, desenvolvimento cognitivo e crescimento socioemocional, embora evidências conclusivas sobre essas dimensões ainda não tenham sido estabelecidas.

A análise demonstrou que a infraestrutura adequada não é o único determinante da qualidade educacional, mas sua ausência pode dificultar o desenvolvimento integral das



crianças. Além disso, a intencionalidade pedagógica, a afetividade e o compromisso dos professores se mostraram importantes na mitigação de limitações, ressaltando o papel dos educadores na sustentação de processos educacionais sob diversas condições.

A questão da inclusão educacional, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), foi particularmente destacada neste estudo. Os resultados da pesquisa indicam que a acessibilidade física é um pilar essencial para garantir o acesso e a permanência de crianças com deficiência, promovendo sua autonomia e plena participação. Todavia, é importante reconhecer que, embora a acessibilidade seja um direito fundamental, sua implementação depende de dinâmicas contextuais específicas.

A ausência de adaptações adequadas não apenas limita o direito à educação, mas também pode perpetuar a exclusão social. Esta discussão enfatiza que garantir escolas verdadeiramente inclusivas requer atenção aos fatores estruturais e processuais. Entender a inclusão como um direito e uma dinâmica complexa permite uma análise diferenciada de como as escolas podem efetivamente promover a equidade e a participação de todas as crianças.

Por fim, compreende-se que a infraestrutura escolar deve ser entendida como um direito fundamental de todas as crianças, não como um privilégio. A luta por investimentos contínuos, planejamento estratégico e monitoramento eficaz das políticas públicas, é imperativa para transformar a realidade da educação pública brasileira. Somente por meio de um compromisso coletivo será possível construir ambientes educacionais dignos, seguros, estimulantes e acessíveis, capazes de impulsionar o desenvolvimento pleno de cada estudante e de edificar uma sociedade mais justa e equitativa, conforme a legislação vigente assegura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2007.



CASTRO, G. G.; ABRAHÃO, C. A. F.; XAVIER, Â. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906009/313154906009.pdf>. Acesso em: 08 set. 2025.

FERREIRA, L. A.; COSTA, C. A. Infraestrutura escolar e qualidade da educação: uma análise da percepção docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019.

LIMA, M. L.; DUARTE, A. M. A influência da infraestrutura escolar no desempenho dos alunos da educação básica. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 88, p. 94-119, 2015.

MALTA, D. P. L.; KLAUCH, J. J.; SECCO, M. Políticas de Inclusão Educacional: Análise e Perspectivas. **Revista Ilustração**, 2024. Disponível em: <https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/383>. Acesso em: 08 set. 2025.

OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2012:OECD Indicators**. OECD Publishing, 2012.

QUEIROZ, S. L. **O impacto da infraestrutura escolar no desempenho educacional**. Repositório UFMG, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9XMNTA>. Acesso em: 08 set. 2025.

SANTOS, A. R. C. *et al.* Políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: uma análise crítica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 1, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7487>. Acesso em: 08 set. 2025.

SILVA, A. P.; OLIVEIRA, R. T. A importância da infraestrutura escolar para o processo de inclusão de alunos com deficiência. **Cadernos de Educação**, v. 26, n. 2, p. 12-25, 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024: Infraestrutura Escolar**. 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-12-infraestrutura.html>. Acesso em: 08 set. 2025.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos: 2000-2015 – Conquistas e Desafios**. Paris: UNESCO, 2015.

